



INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES EM BELÉM DO PARÁ: PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO NO SISTEMA DE INTERNATO (1943-1966)

Maria Lucirene Sousa Callou

Universidade Federal do Pará - malu_callou19@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar as práticas de institucionalização da infância pobre no município de Belém, admitidas no regime de internato na Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, no período de 1943 a 1966. A pesquisa é do tipo documental e a análise pauta-se na história cultural de Roger Chartier, com base nas práticas e representações constituídas nos documentos. As fontes documentais utilizadas foram Atas, Estatutos, Fichas de Admissão de Menores, Fotografias, Regimento Interno, Relatórios de Trabalho e Reportagens em Jornais. Esta Instituição surgiu em um período crítico em Belém, onde pobreza, doenças e o abandono eram recorrentes no cotidiano das crianças. A origem da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças ocorreu com a criação da Associação da Juventude Antoniana pelos Frades Menores Capuchinhos de Belém e Ilda Martins (Religiosa Franciscana). A intenção inicial da Associação consistiu em salvar as crianças da pobreza e propagar do catolicismo no Pará. As práticas de institucionalizar crianças pobres estavam vinculadas ao projeto de nação da modernidade que visava civilizá-las pelo trabalho, onde o isolamento, práticas religiosas e o ensino de um ofício, as transformariam em seres úteis a sociedade. Identificamos que além da assistência material e espiritual, ainda era ofertado às crianças o ensino primário de 1ª a 4ª série e Educação Doméstica para as meninas admitidas. Indubitavelmente, a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças amparou, educou e protegeu da pobreza e do abandono a Infância em Belém do Pará.

Palavras-Chave: Instituição, Internato, Educação, Assistência, Infância Desvalida.

Introdução

Este estudo tem como objetivo central analisar as práticas educativas e de assistência na Instituição Pia Nossa Senhoras das Graças, caracterizar os sujeitos atendidos por essa instituição e destacar as parcerias realizadas para se manter ativa no período analisado. Na região Norte as pesquisas envolvendo a História das Instituições Educativas, ganham visibilidade paulatinamente. Nesta perspectiva, o referido trabalho possui um objeto de estudo inédito e certamente contribuirá significativamente na construção da História das Instituições Educativas na Amazônia bem como na compreensão de sua relação com a Infância Desvalida na segunda metade do século XX.

Metodologia

Para a realização deste estudo optamos pela pesquisa documental e utilizamos a linha de análise pautada na História Cultural de Roger Chartier, uma vez que a busca por traços do cotidiano e as experiências vivenciadas marcam a trajetória dos sujeitos por onde passam, tomadas por símbolos e ideologias que podem deixar rastros escritos no momento histórico em que se



encontravam. As fontes documentais utilizadas constituíram-se em Atas, Estatutos, Fichas de Admissão de Menores, Regimento Interno e Relatórios de trabalho que tratavam sobre a Instituição. Segundo Chartier (2002), as formas simbólicas consistem em todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação.

Para Chartier, “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p.16-17). Neste sentido, a História Cultural, para Chartier, pode ser trabalhada pelo olhar da representação e práticas. A construção do conceito de representação em Chartier nos abre a possibilidade de compreensão do cultural e do social da realidade pertencente ao objeto que se quer estudar. No entanto, é importante percebermos como são construídas as representações do mundo social e como relacionar os discursos por meio da representação. Neste direcionamento, Chartier aponta que

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custo de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p.17).

Em relação à constituição das Práticas, Chartier assinala que,

por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação” (CHARTIER, 2002, p. 19- 27).

Desta forma, podemos entender que, na construção das práticas, devemos caracterizá-las com base nos documentos da instituição, passíveis de diversas interpretações e sentidos, revelando quais práticas são estas e como elas são apropriadas por cada grupo. As representações podem mostrar as relações de poder, a organização da sociedade de determinado tempo, por meio das práticas estabelecidas. Ao trabalhar com documentos temos a oportunidade de construir as representações e práticas produzidas na Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, no atendimento à infância em Belém. É na representação que se revelam as práticas e as experiências vividas; e, partindo da necessidade de o texto estar vinculado às representações políticas, sociais e culturais de



um tempo histórico, é que se faz mister o entrecruzamento dos acontecimentos que estão envolvidos na construção dessa história, dando sentido e significado a cada um.

Resultados e Discussão

Diversas ordens religiosas engajadas na missão dos ensinamentos da fé católica deram início a inúmeras obras sociais, direcionadas a educação e amparo da infância pobre no Brasil desde o período Colonial. Tais obras sociais preocupavam-se em expandir o catolicismo, amparando espiritualmente e materialmente todos aqueles que precisassem, inclusive crianças pobres. Na transição da Monarquia para o Regime da República, ideais do cientificismo, reflexo do evolucionismo e o determinismo social assolam o Brasil, país em que a infância será olhada de modo diferente, não mais ingênuo. Além disso, os cuidados a ela dedicados não se restringirão mais somente à igreja ou à família. Surge então a presença do Estado como aparelho de controle da família e da infância. Segundo Rizzini

Sob esta ótica, zelar pela infância corresponde a um gesto de humanidade descolado da religião; uma ação que transcende o âmbito das relações privadas da família e da caridade para significar a garantia da ordem ou da 'paz social'. De acordo com a lógica evolucionista e positivista da época, vigiar a criança para evitar que ela se desvie é entendido como parte de uma missão eugênica, cuja a meta é a regeneração da raça humana. O homem tem nas próprias mãos o poder de manipular destinos e influir no futuro da humanidade (RIZZINI, 2011, p. 24).

No caso das meninas pobres, o enclausuramento é o mesmo rumo que lhes dão, porém, as atividades de ensino são diferentes. No século XIX, surgiram instituições que lhes ensinavam a serem boas esposas, a aprenderem a fiar, a bordar entre outras atividades, as preparavam para os serviços do lar. Porém em meados do século XX em diante, a infância, torna-se uma questão nacional, e o Estado terá o poder de moldá-la ou regenerá-la, bem como de reformar os desviados e eivados de vícios que farão jus, ao progresso que se desejava alcançar no país. Médicos-higienistas, juristas e os homens da tribuna, passam a disseminar o ideal de infância que o país necessita, disseminando, por meio de seus discursos, práticas que deveriam ser adotadas. No início do século XX, as instituições que só asilavam, se transformam em institutos, escolas profissionais e escolas agrícolas, as preocupações na República são diferentes. Sanear a sociedade era o caminho que moldaria os sujeitos à ordem que ora se projetava. Nesta perspectiva, Rizzini (2011) analisa que

o caminho foi aquele compatível com a tendência apontada, de deslocamento da caridade para a filantropia, claramente entendida como substituição de um ação essencialmente religiosa por uma assistência de cunho social. Porém como dosar a liberdade e moldar os comportamentos adequados à nova ordem? Através do discurso da moralidade e da imposição de uma prática moralizadora que enquadrasse as massas. Não mais a contenção com base na racionalidade da fé, mas o freio através da regulação dos comportamentos pela moral. Era preciso estabelecer uma distinção clara entre os dois terrenos – marcar a nova



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ética na esfera estritamente terrena, onde a noção de pecado é substituída pela de vício-algo perfeitamente observável no homem; algo que pode ser adquirido, mas também evitado ou corrigido (RIZZINI, 2011, p. 109).

Com o advento da República, urbanização, avanço da industrialização e chegada de imigrantes as cidades crescem, porém cresce também o número de crianças pobres, abandonadas e que praticam pequenos delitos em nossas capitais. O ideário republicano estava ancorado na concepção das crianças como futuro da nação, seres que deveriam ser úteis para a sociedade. No entanto, a criança pobre era acometida por diversas doenças, sem orientação sobre as práticas de higiene e sem acesso à educação. A preocupação com a infância pobre e sua proteção, geralmente presente entre instituições privadas ou religiosas se transformava em preocupação do Estado.

Em relação às ações que envolvem os cuidados com a infância, foi criado, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, pelo médico Moncorvo Filho no Rio de Janeiro com ações que visavam a preservação da Infância, contribuindo para progresso da Pátria e com o ideário republicano. Por meio deste instituto eram feitas campanhas de vacinação, combates às epidemias e doenças infantis. A instituição promoveu festas para angariar recursos no intuito de construção de creches, maternidades e institutos de proteção e assistência à Infância por outros estados do Brasil, bem como realização de estudos e congressos sobre a mortalidade infantil. Em 1919, a mesma equipe que fundou o referido instituto criou também o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade é incumbida ao próprio Estado. Kramer aponta que

na prática quem implementa é o próprio instituto. Criado e mantido em termos de recursos por Moncorvo Filho, sem receber qualquer auxílio do Estado ou da municipalidade, o Departamento da Criança do Brasil- reconhecido de utilidade pública em 1920- se atribuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre situação da proteção à infância no Brasil (arquivo); fomentar iniciativas de amparo à criança à mulher grávida pobre, publicar boletins, divulgar conhecimentos, promover congressos; concorrer para aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre a mortalidade infantil (KRAMER, 2001, p. 53).

Neste sentido, o olhar para salvar a infância pobre das mazelas que lhe acometiam foi intensificando-se por meio do Estado. No século XX, a mentalidade determinista dos juristas e do Estado associava a condição de crianças abandonadas e delinquentes à sua situação de pobreza, ou seja, acreditava-se que a situação de pobreza os levava à categoria de abandonados e delinquentes. Este modo de se ver a infância pobre se materializou por meio do código de 1927 que consiste num regulamento de assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes.

Segundo Passeti (2013), com promulgação deste código, é a primeira vez que o Estado responde com a medida de internação e se responsabiliza pela situação de abandono do menor. A qualquer momento que o Estado percebesse que a moral e os bons costumes estivessem sendo



violados, poderia alegar a incapacidade da família criar seu filho, retirando-a do seio familiar. Neste sentido instituições que asilam e internam crianças e jovens se multiplicaram rapidamente em todo o país. Toda esta movimentação em torno da infância, em prol do progresso e da sociedade que se almeja (re)formar, culminaram na organização tanto da Assistência como do campo jurídico, onde surgiram cada vez mais instituições e regulamentos voltados para tais questões, que envolviam saúde e educação da infância. As instituições de modelo asilar são incentivadas pelo poder público e surgem como espaço ideal para cuidar, educar e corrigir a infância pobre no século XX. A transição da criança pobre para a categoria “menor”, leva a família pobre a ser culpabilizada por não conseguir primar os cuidados com a saúde e educação de sua criança, abrindo então a prerrogativa de passar para o Estado a responsabilização pela mesma. Segundo Kramer:

A culpabilização da família servia não só para escamotear as relações de classe existentes na sociedade brasileira, como também fortalecia a responsabilidade e o poder do estado-um estado considerado neutro, como já foi apontado. Dado o contexto político dos anos 30, o papel do estado frente à criança era defendido pelas próprias autoridades governamentais mais veemente que nos primórdios da República: enfatizava-se as relações entre “criança” e “pátria” e introduzia-se uma nova argumentação sobre a necessidade de formação de uma raça forte e sadia (KRAMER, 2001, p. 60).

É no governo de Vargas que a responsabilidade do Estado pela criança se consolida, por meio de decretos e regulamentos. Questões econômicas e sociais passam a ser preocupações nacionais, neste sentido

O novo governo tem um projeto centralizador e intervencionista, nomeando, logo, no início, interventores federais em todos os estados e estes, prefeitos nos municípios suspendendo-se o Poder Legislativo. Ao mesmo tempo criam-se conselhos nacionais para implementar as políticas econômicas, principalmente a partir de 1937, quando se consolida o poder autoritário de Vargas. As questões econômicas e sociais passam a ser questões nacionais numa visão da intervenção política no âmbito do Brasil como um todo e como forma de se desestruturarem os poderes regionais (FALEIROS, 2011, p. 50).

Assim, parcerias público-privadas são intensamente estimuladas para o amparo e educação da Infância pobre em instituições com modelo asilar em forma de internato.

1.1 Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: Internar para educar e amparar a infância pobre

A Instituição Pia Nossa Senhora das Graças está localizada no município de Belém, na travessa Caldeira Castelo Branco nº 477, Bairro do Guamá e sua fundação consta na data de 05-02-1950. Antecedeu esta Instituição a obra social chamada “Associação da Juventude Antoniana” criada em 01/03/1943, tendo como finalidade assistir com esmolas às crianças órfãs e pobres que perambulavam pelos arredores do bairro do Guamá (ATA DE 16/01/1944). À frente desta obra



tínhamos os Frades Capuchinhos, que pregavam a Caridade como chave para o céu e tentavam estimular o maior número de pessoas possíveis, engajadas em prol do auxílio à criança pobre (ATA DE 28/03/1944). Sobre a situação de menores abandonados em Belém, na reportagem representada na imagem 3, apresenta-se a “turma do reco-reco” com a seguinte manchete: **4.000 menores abandonados perambulam em nossa capital. Média de um crime por dia praticado por crianças desamparadas — alarmante índice de debilidade mental entre a infância desvalida do Brasil — A turma do reco-reco.**

Imagem 1 - 4.000 menores abandonados perambulam em nossa capital



Fonte: Jornal *A Província do Pará*, 26/04/1947. Arquivo obras raras do Centur.

Para muitos o pensamento que vigorava nessa época era que o abandono seria o pontapé inicial para a delinquência. Na imagem 1 crianças mal trajadas, negras, de pés no chão e o menor posicionado no meio é flagrado com um cigarro na boca. Na reportagem diz:

FUMO O MAL COMPANHEIRO. Os menores abandonados com pouco mais de 7 anos, tem no cigarro um companheiro inseparável. [...] alguns estão acostumados a fumarem a “maconha”, a erva da morte [...]. [...] tudo farão para que não falte dinheiro para sustentar o vício. São meninos que em vez de cigarro deveriam estar consumindo bon-bons. Mas como o cigarro muitas vezes já indica que o indivíduo já é homem, eles o preferem (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26/04/1947).

Esta reportagem traz uma página inteira falando da debilidade mental da infância desvalida, do papel da Legião Brasileira de Assistência e do Instituto de Proteção e Assistência da Infância se referindo a ele como uma das mais belas Instituições de Belém, afirmando que lá toda criança pobre recebe gratuitamente completa assistência médica, e prossegue

Menores abandonados um dos capítulos mais tristes da vida em nossas cidades, cujas as ruas andam sempre cheias de crianças analfabetas e doentes, viciadas e sujas que apenas conhecem a vagabundagem e os maus hábitos. [...] Na estatística que o Serviço de Assistência ao Menor do Distrito Federal publicou em fins de 1946, o índice de debilidade mental absoluta nos menores assistidos por esta instituição acusa alarmante de 50%. [...] Dos menores recolhidos pela assistência, os alfabetizados apresentam o índice menor de debilidade mental. [...] com a ascensão do general Dutra ao poder, foi dada nova feição a LBA, ela passou a ser apenas um órgão de defesa da infância. Foram organizados novos postos de puericultura, nos colégios e orfanatos foram reservadas vagas para os menores



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

abandonados. Subvenções foram dadas as instituições que prestam auxílio a maternidade e infância. No instituto Dom Bosco de Belém 20 meninas eram socorridas pela Legião, durante todo o ano de 1946 receberam instrução e aprenderam ofícios neste educandário. [...] Este instituto, que se mantém com dificuldade não tem qualquer subvenção federal, estadual ou municipal. Nele as crianças pobres encontram meios para mais tarde ganhar a vida honestamente e ser útil a sociedade. Ao lado do trabalho e do estudo as crianças do bairro do reduto, onde está localizado o instituto, possuem também um oratório festivo (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26/04/1947).

Assim a infância abandonada aparece em algumas páginas de jornais, como aquela que está propícia ao vício do jogo, fumo e que pode ser socorrida pelos institutos e educandários. É recorrente também nos jornais “A Província do Pará” em finais dos anos 50 e na década de 60, denúncias sobre as precárias condições destes espaços que acolhem e instruem a infância, bem como súplicas ao governo para que assuma sua responsabilidade com as mazelas sociais que assolam Belém, principalmente na saúde e educação.

Nesta linha de pensamento, destacamos a criação das Associações e Instituições para o amparo à infância pobre a partir da década de 1930 como uma das estratégias de enfrentamento desse problema social. No caso da Associação da Juventude Antoniana em Belém, temos religiosos e mulheres que se engajaram em ações direcionadas à infância pobre. Sobre a forte presença feminina nesta obra social, é interessante frisar que identificamos, no ano de 1949, cargos da associação como Presidente Honorária, Direção Ativa e Zeladoras, exclusivamente ocupados por mulheres. Sobre a intensa marca feminina à frente dos trabalhos nessas associações religiosas, é possível afirmar que isto seja reflexo da sociedade patriarcal, onde à mulher é dada a responsabilidade de educar e cuidar, e dela é exigido o bom exemplo da moral. Neste sentido vincula-se o ser feminino à sensibilização pela condição do outro, mesmo que não seja o filho de sangue

Ao longo da história, vimos que o papel da maternidade foi construído inerente à condição feminina, a realização das mulheres e da feminilidade, em meio a renúncias e sacrifícios, ao amor materno, aos cuidados dos filhos, marcadamente responsáveis pelos espaços privados (SILVA, 2009, p. 29)

Nesta perspectiva, percebemos o papel da mulher em associações caritativas e esta relação com a cultura e a organização social. Essa feminilidade bem como os princípios religiosos dos franciscanos, era semeada entre as Antonianas. Assim elas teriam que se empenhar em transcender as dificuldades em prol da criança pobre, sensibilizando corações, participando das campanhas, das reuniões, da busca de parcerias e recursos. Frei Paulino – Assistente eclesiástico, informa em reunião que foi recebido um questionário da Legião Brasileira de Assistência - LBA, cujo fim é a habilitação da associação ao auxílio dado por esta entidade às crianças (ATA DE 02/02/1947). A LBA é uma instituição de assistência social, vinculada ao Conselho Nacional de Serviço Social,



criada na era Vargas em 1942, e que dá origem ao primeiro-damismo no Brasil, pois é a primeira dama – mulher do presidente — que ocupa a presidência deste órgão. Conforme apontamentos de Teixeira (2012)

A LBA tem origem na mobilização do trabalho civil, feminino e de elite, em apoio ao esforço nacional representado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através da prestação de serviços assistenciais às famílias dos convocados. Inspirada no ideário de congregar esforços da iniciativa pública e privada em prol do incremento da rede assistencial, a LBA assim compôs seu patrimônio, definindo o seu programa em torno da necessidade de substituir o antigo espírito filantrópico e religioso da assistência social por formas de atendimento fundadas no conhecimento técnico científico. Com o final da guerra em 1946, a LBA reformulou seus estatutos, definindo como principal finalidade a defesa da maternidade e da infância (TEIXEIRA, 2012, p.82-83).

A Associação da Juventude Antoniana realizava diversas campanhas afim de angariar recursos para sua obra social. A reportagem publicada no jornal *A Província do Pará* de 16/09/1949, intitulada “*Construção em Nossa Capital da Casa da Criança Desamparada*”, anuncia que há, em vários pontos da cidade, cofres para serem depositadas as contribuições para a construção desta grande obra, em que um dos primeiros frutos é a oferta de sopa às terças feiras, às 11 horas. Informa-se, também, sobre o lançamento da pedra fundamental que “ocorrerá ainda neste mês”. No ano de 1949 é registrado o lançamento da pedra fundamental, conforme registro abaixo:

“Em 25/09/1949, nesta cidade de Belém, no terreno situado a Caldeira Castelo Branco, junto ao Santuário de São Francisco com a presença do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano Dom Mário Vilas Boas, Frei Paulino de Sélere superior dos Frades Capuchinhos e dos representantes das autoridades civis e militares especialmente convidados e elevado número de católicos, teve início as 10 horas a cerimônia do Lançamento da pedra fundamental da casa da criança pobre, futuro Instituto Nossa Senhora das Graças, que será erguido pela Associação da Juventude Antoniana, fundada em 25 de Abril de 1943 e que é ranço da União Pia de Santo Antonio. Foi sua Fundadora a senhora Ilda Seabra de Almeida Martins, tendo coadjuvadoras as senhoras D.Maria de Nazaré Coelho de Sousa, D. Noêmia Rocha e D. Rita Leite de Oliveira, esta associação adquiriu personalidade jurídica conforme publicação no diário oficial de 14.347 de 11/05/1943” (ATA DE 25/09/1949).

A partir daí, são realizadas campanhas em vários pontos da cidade em busca de conseguir doações. No entanto, a Associação da Juventude Antoniana muda de denominação por pedido de Dom Mário de Vilas Boas e assim nasce a “Instituição Pia Nossa Senhora das Graças” em 05/02/1950. A construção desta Instituição é finalizada no ano de 1961 e a partir desta data é iniciado o atendimento de crianças pobres, órfãs e abandonadas em regime de internato. Em regulamento datado de 02/01/1961 transcrito na imagem 9, reza-se da seguinte forma:

A instituição Pia Nossa Senhora das Graças recebe crianças pobres órfãs e desamparadas obedecendo o regulamento seguinte: a) Só serão recebidas sessenta crianças no máximo. b) fica limitado nos 10 anos, a idade para permanência de meninos e 18 para meninas. c) o critério para admissão se fará mediante a autorização do Serviço Social, Serviço Médico e Sra. Presidente da Instituição. d) fica limitado o nº de 10 vagas gratuitas em vista da situação financeira da instituição. e) para a admissão serão estudadas pelas assistentes



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

sociais a situação dos pais e responsáveis e a possibilidade das vagas; f) as contribuições mensais serão fixadas no ato da admissão visando as necessidades de cada um; g) as crianças para serem admitidas terão que concorrer com a importância necessária para a aquisição na própria instituição de 2 uniformes para diário, a fim de dar boa aparência ao visitante; h) as crianças não poderão sair da instituição em visitas as famílias ; i) no ato da admissão serão exigidos: a certidão de idade, preenchimento da ficha própria da Instituição e 1 fotografia 3x4; j) as vagas serão preenchidas obedecendo a ordem de inscrição em livro próprio e o critério dos serviços mencionados nos itens c) e e); l) solicita-se dos senhores pais e responsáveis, saldarem os seus compromissos mensais no início de cada mês, exigindo seu comprovante a fim de facilitar os serviços da Instituição e a manutenção das crianças. m) as crianças poderão ser visitadas no 4º domingo do mês no horário das 8 às 11 horas e das 15 às 18 horas. n) o atraso no pagamento nos obriga a entregar a criança (REGULAMENTO DA IPNSG 1961. ARQUIVO DA INSTITUIÇÃO).

O regulamento acima cria determinações não existentes até então na instituição. Há indicadores que essa decisão de Dona Ilda seja devido ao fato de que o número de admitidos na instituição só aumentava a cada ano, tornando os recursos insuficientes para dar amparo e educação para tantas crianças. Assim, com esses critérios estabelecidos a administração da Instituição se tornaria menos conturbada. O regime de internato se materializa e é representado nos documentos. Segundo Rizzini & Rizzini (2004)

A lógica de que internando-se o menor carente, evitava-se o abandono, e, por sua vez, o infrator, resultou na internação em massa de crianças que passaram por uma carreira de institucionalização, pela pobreza de suas famílias e pela carência de políticas públicas de acesso à população, no âmbito de suas comunidades (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p. 47).

Essa mudança de denominação traz diversos significados. É preciso entender que, no caso da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, segundo seu Estatuto, atendia crianças pobres e abandonadas no município de Belém no regime de internato. Assim, a categoria à qual a criança atendida pertence, aponta as desigualdades presentes no universo de ser criança e do viver como criança. Por meio dos estudos de Rizzini (2004), Schueler considera que

A forma de educação asilar se constituiu em um dos equipamentos desenvolvidos para lidar com essa diversidade de sujeitos, pois no correr dos séculos XIX e XX houve a criação de internatos voltados para o atendimento da gente da “boa sociedade”, especialmente os colégios destinados às elites políticas e culturais, mas também para religiosos, crianças, idosos, desvalidos, mendigos, abandonados, infratores, alcoólatras, dependentes químicos, estudantes rurais, alienados, crianças portadoras de necessidades especiais e até mesmo para a formação de professores (SCHUELER, 2009, p.2).

Goffman (2005) considera que estes espaços em que o cotidiano é vivido em Claustro, no qual os sujeitos realizam suas tarefas diárias como estudar, trabalhar e dormir, são considerados como Instituições Totais. O referido autor aponta que sobre essas instituições

Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes são incluídas no esquema físico- por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos (GOFFMAN, 2005, p. 16).



Quando se fala em trabalhar a história de uma instituição educativa Oliveira & Gatti Jr (2002) consideram que

historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Nesse mesmo sentido, implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e re(escrever) seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores (OLIVEIRA & GATTI JR, 2002, p. 74).

A partir de 1961 aparecem os registros em ofícios, atas e balancetes sobre as parcerias feitas com a Diretoria da Legião Brasileira de Assistência - Departamento Estadual de Educação para o trabalho, onde por meio da L.B.A, se dará suporte financeiro para a educação feminina voltada para os trabalhos manuais do curso doméstico. Por meio dos Relatórios foi possível constatar que a partir de 1966, conforme registro em um relatório enviado para a Legião Brasileira de Assistência-LBA, o presidente Afonso Freire apresenta a instituição e solicita parceria na oferta de cursos na Escola Doméstica como cursos de bonecas dorminhocas, Corte e Costura, Arte e Culinária, Tapeçaria, Pintura, Crochê, Iniciação à Lavagem de Roupas, Utilidades de Plástico, Socorro Urgente no Lar e Datilografia. Assim, as meninas ao se desligarem da Instituição, saíam capacitadas em cursos domésticos para conseguirem trabalho.

Cambi (2013) nos lembra do papel formativo que as instituições criadas desenvolvem e representam numa sociedade, possuindo uma articulação com o Estado em dado contexto histórico. No caso da instituição Pia Nossa Senhora das Graças a partir da Gestão de Afonso Freire (1961 a 1966), amplia-se a diversificação dos cursos domésticos ofertados, inclusive até modernizando, uma vez que se solicita a implantação do curso de datilografia, dando uma nova opção de formação para as meninas. No que concerne as parcerias que a instituição manteve neste período, percebemos por meio das Atas e relatórios de trabalho, uma maior articulação com o estado por meio das parcerias com a Legião Brasileira Assistência, Fundação Nacional do Bem estar do Menor e pequenos repasses e doações de governadores, deputados e primeira-dama. Sua gestão dá abertura para estas parcerias.

As admissões realizadas no período de 1959 a 1965 foram registradas no primeiro modelo, exposto na imagem 21. Na busca foram encontradas 29 fichas correspondentes a este período, onde, embora apresentassem alguns espaços de preenchimento em branco, foi possível identificar que a faixa etária dos atendidos variava de 4 a 15 anos, todas as crianças são católicas, a maioria batizada, porém não crismada, 2 casos de orfandade declarada, e a maioria dos casos é declarada nome de pai



e mãe na área “filiação” e não se falava da origem da criança. Porém, nesse período já existia um regimento determinando que atendimento fosse voltado para crianças pobres, órfãs e abandonadas. Todas são meninas. Por meio de fotografias, registramos o momento de prática do curso de corte e costura, onde temos alunas da instituição que fazem a exposição dos trabalhos confeccionados. É um momento de festa e de angariar recursos. Para Camara (2013)

as escolas profissionais femininas foram organizadas a partir de uma finalidade única; as atividades que nelas predominavam estavam centradas na missão social da mulher, o que reforçou a representação da imagem feminina como sendo fundamentalmente doméstica. A esse pressuposto associava-se a intenção de que a formação e a qualificação, que antes eram espontânea e naturalmente aprendidas, fossem cada vez mais, marcada pela racionalidade dos conhecimentos da ciência e da experiência construída. A incorporação do trabalho definiu a articulação crescente entre o corpo saudável e produtivo e a atuação consciente da mulher (CAMARA, 2013, p.280).

Conclusões

Não podemos esquecer que a grande marca dos Frades Capuchinhos na sociedade são as obras sociais. Com a filosofia da caridade como chave para o céu, promoviam ações voltadas para o amparo da infância em Belém. Essa filosofia está pautada nos fundamentos cristãos que pregam a obediência a Deus e a solidariedade cristã. Associação da Juventude Antoniana tinha seus cargos ocupados somente por mulheres — as antonianas — que, movidas pela ideologia cristã e compaixão pela criança pobre, trabalhavam buscando a sensibilização dos corações por meio de reuniões, Campanhas e outras atividades, no intuito de conseguir parcerias, recursos e sócios para esta grande obra, vista como humanitária e cristã. A partir de fevereiro de 1950 esta obra converte-se na Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, espaço que acolhia e instruía a Infância pobre paraense, órfã e abandonada em regime de internato, ofertando educação primária, curso doméstico de corte e costura, alimentação, vestuário e ensinamentos religiosos pautados na igreja apostólica romana, demonstrando a influência religiosa oriunda da gênese da Instituição.

Embora tenham compartilhado suas ações com as políticas de atendimento do Estado durante décadas para se manter viva, o mérito dos Idealistas da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças não pode ser retirado, uma vez que contribuiu para a educação e o amparo de centenas de crianças e famílias em Belém, tendo sido, desta forma, de grande relevância social.

Fontes Documentais

Ata de 5 fev. 1950. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1950.
Ata de 16 jan. 1944. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1944.
Ata de 28 mar. 1945 Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1944
Ata de 02 fev. 1947 Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1947.
Ata de 25 set. 1949 Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1949.
Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Ficha de matrícula de 1959 a 1965.



Jornal “A Província do Pará”, 26/04/1947.

Jornal “A Província do Pará”, 26/04/1947.

Jornal “A Província do Pará”, 16/09/1949.

Regulamento para 1961.02/01/1961.

Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A em 1967.

Referências

CAMARA, Sônia. **Reinventando a Escola:** o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

CAMBI, Franco. **A história da pedagogia.** Tradução de Alvaro Lorencini - São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU)-Enciclopédia.

CHARTIER, Roger. **História Cultural:** Entre práticas e representações. Tradução de Marcia Manoela Galhardo. 2ª ed. -Lisboa, Portugal; Difel, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução de Dante Moreira Lite. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. 6ª edição- São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.& JR. GATTI Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação** - v. 1. - no. 1 - jan./dez. 2002. Acessado em 15-10-2015.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary del. (org.). **História das crianças no Brasil.** 3.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3ªedição.São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. 288p.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. **Revista Contemporânea de Educação da Ufrj.** 2012. Disponível:www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7artigo_1_internatos_asilos_e_instituicoes_alessandra_fm_de_schueler.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.Acessado em 15-08-2015.

SILVA, Adriana Aparecida Alves da. **O campo e a cultura escolar de pilar do sul e a imigração japonesa (1934 1976).** 01/06/2012 187 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade. Biblioteca depositária: Aluísio de Almeida.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Assistência na previdência social: Uma política marginal. IN: **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** SPOSATI, Aldaíza. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.